



100 primeiros DIAS de ATUAÇÃO deputada DANI PORTELA

DEPUTADA
ESTADUAL
Dani
Portela



Dani
Portela DEPUTADA
ESTADUAL 
PSOL



SUMÁRIO

EXPEDIENTE	06
INTRODUÇÃO	07
A EQUIPE	09
PESQUISA E FISCALIZAÇÃO	10
ATUAÇÃO LEGISLATIVA	18
COMUNICAÇÃO E PRESENÇA NA MÍDIA	24
COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR	26
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
ANEXO	34





daniportela.com.br





100
primeiros
DIAS de
ATUAÇÃO
deputada
DANI
PORTELA





EXPEDIENTE



Pesquisa e redação

Ana Cecília Gomes
Anderson Barbosa
Fernando Silva
Gabriela Falcão
Josenira Nascimento
Juliana Serretti
Luiza Carolina
Manoel Neto
Maria Helena Monteiro
Mônica Oliveira

Revisão Final

Mônica Oliveira

Diagramação

Luciana Ribeiro

Equipe Dani Portela

Legislativo

Josenira Nascimento
Ana Cecília Gomes
Caio César Jucá
Juliana Serretti
Matheus Ramos
Mirtes Renata

Pesquisa/ Fiscalização

Emanuele Nascimento
Anderson Barbosa
Gabriela Falcão
Paulo Borges
Pedro Cardoso

Mobilização

Luiza Carolina
Adelson Paraíba
Christiane Franillia
Elzanira da Silva
Filipe Souza
Leonardo Santos
Manoel Neto

Institucional

Mônica Oliveira
Cynthia Renata
Gabrielle Conde
Janaína Inácio
João Pedro
Kevinne Silva
Myrella Santana
Nadja de Barros
Renata Farias

Samuel de Souza Lemos

Sérgio Paulo da Silva
Walter Silva

Comunicação

Maria Helena Monteiro
Tom Cabral
Fran Silva
João Penna
Luciana Ribeiro
Poliana Alves
Sofia Madureira
Vitor Maia

Liderança da Oposição

Fernando Silva





INTRODUÇÃO

Nossos passos vêm de longe, como dizem as feministas negras. Venho trilhando a trajetória nos movimentos sociais há muitos anos. Profissionalmente, não poderia ser de outra forma. Como professora de História, me guio pelos princípios da educação como libertária e libertadora, como Paulo Freire preconizou, e como advogada popular, tenho o compromisso de colaborar para a garantia do acesso à justiça e à defesa dos direitos humanos. Filha por adoção de um ex-presos político da ditadura militar, sou fruto da redemocratização e nunca me conformei com as injustiças sociais. Por isso, em 2018, me candidatei a governadora de Pernambuco, tendo sido, naquela época, a mulher mais votada da história do nosso estado e tendo ficado em terceiro lugar, com 188.087 votos. Em 2020, fui eleita a vereadora mais votada do Recife, com 14.114 votos. Em 2022, foi a vez de disputar uma vaga na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), sendo eleita com 38.215 votos. Entretanto, todos esses passos foram dados junto com muitas outras pessoas. Sonhamos juntas, juntos e juntas esse caminho nos espaços da política representativa. Por isso, passo agora a escrever no coletivo.

Esses primeiros 100 dias de mandata foram marcados por importantes processos na política, seja em nível local, em Pernambuco, mas, sobretudo, no país. Lutamos intensamente para elegermos Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República, como forma de derrotar Jair Bolsonaro e marcar uma vitória contra o bolsonarismo. No nosso estado, saímos da Câmara Municipal do Recife com uma importante atuação na defesa dos direitos humanos, principalmente, das mulheres, da população negra e em situação de vulnerabilidade social, e chegamos à Alepe com a missão de ampliarmos nossa atuação para o Estado.

Ao longo desses mais de três meses como Deputada Estadual, temos trabalhado em diferentes pautas e espaços. Hoje, estamos na presidência da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP), estamos na titularidade na Comissão dos Direitos da Mulher e na suplência na Comissão de Educação Cultura. Além disso, estamos à frente da Liderança de Oposição ao Governo de Raquel Lyra, pois acreditamos serem espaços fundamentais na defesa de nossas bandeiras de luta e de denúncia da violação de direitos humanos e de aprofundamento das desigualdades sociais. Não é admissível que Pernambuco seja marcado por ter Recife como a capital das desigualdades, que a Região Metropolitana do Recife tenha maior percentual de pessoas em extrema pobreza nem tampouco que, aqui, durante o primeiro ano da pandemia de Covid19, 99,5% das pessoas que perderam os empregos formais fosse formada por



mulheres. Ou, ainda, que seja o segundo estado no Nordeste mais violento para as mulheres e também o segundo que mais mata pessoas transexuais.

Frente a isso, atuar nos espaços legislativos é, para além de instrumento de denúncia, uma forma de propor ações e políticas públicas para melhoria das condições de vida do povo pernambucano. Para isso, definimos em nosso planejamento atuar, prioritariamente, nas temáticas: de saúde; educação; segurança pública e direitos humanos; agroecologia e direito à cidade. Tendo em vista nosso compromisso basilar com o combate às desigualdades, definimos como sujeitos prioritários de nossa mandata as mulheres, a população negra, a população LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. Os desafios são muitos, mas nossos sonhos e vontade de transformar a realidade social também.

Este documento tem o objetivo de partilhar o que fizemos ao longo dos 100 primeiros dias na Assembleia Legislativa de Pernambuco, mas também de ser mais uma forma de apresentar como trabalhamos. O texto relata nossas ações, mas é fundamental destacar que elas não são construídas só por nós, que compomos a equipe de Dani Portela, mas por muitas outras pessoas, organizações e coletivos que atravessam os nossos caminhos, seja em reuniões, em mensagens nas redes sociais, em abraços nas ruas, nos movimentos sociais e tantos outros espaços. A luta contra as desigualdades, o sonho de vivermos em um estado com justiça social é coletivo e não se encerra na Alepe. Que sigamos construindo juntas, juntos e juntas uma mandata feminista, antirracista e popular e defendendo a democracia.





A EQUIPE

A equipe de trabalho da mandata de Dani Portela está organizada em 5 Núcleos: Institucional, Jurídico-Legislativo, Comunicação, Pesquisa e Fiscalização e Mobilização. Somos uma equipe majoritariamente negra (62%) e de maioria de mulheres (54%). Cerca de 25% da equipe é de pessoas entre 20 e 30 anos de idade, e cerca de 50% entre 31 e 40 anos. É uma equipe relativamente jovem. A grande maioria tem o ensino superior completo (44%), 22% estão cursando ensino superior e cerca de 20% têm o ensino médio completo. Mais da metade da equipe (58,5%) faz parte de algum coletivo, organização ou movimento social e cerca de 74% fazem parte do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).





PESQUISA E FISCALIZAÇÃO

A equipe de Pesquisa e Fiscalização da mandata tem como atribuições centrais: subsidiar a atuação da Deputada (através de notas técnicas, pedidos de informação e outros documentos informativos); auxiliar na elaboração de projetos de lei, requerimentos e pareceres; assessorar a parlamentar na função de fiscalização da execução das políticas públicas, principalmente no que tange à execução do orçamento público.

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

Os requerimentos de pedidos de informação são instrumentos legislativos por meio dos quais a Assembleia Legislativa solicita ao Poder Executivo informações que não constem nos meios oficiais de divulgação ou que requeiram maiores detalhamentos dos dados fornecidos nesses meios. Parte desses requerimentos foram encaminhados a partir do diálogo com movimentos sociais que procuraram a mandata em busca dessas informações.

Nestes primeiros 100 dias, foram apresentados 19 requerimentos de pedidos de informação:

1. Funcionamento do Centro Estadual de Combate à Homofobia

O Centro Estadual de Combate à Homofobia é um equipamento público que tem como objetivo oferecer atendimento a pessoas vítimas de violência, além de realizar campanhas, oficinas e palestras. Tendo em vista a defasagem na composição da equipe técnica do Centro, o que põe em risco a efetivação desses objetivos, questionamos o Poder Executivo sobre o atraso na contratação desta equipe, mesmo após a seleção simplificada já realizada. De acordo com o que nos foi respondido, a seleção encontra-se em processo de contestação judicial, motivo pelo qual não foi feita ainda a contratação. A partir das informações obtidas, realizaremos diálogo com o movimento LGBT, no sentido de traçar estratégias de atuação para que os direitos dessa população sejam garantidos.

2. Funcionamento das Coordenações de Saúde da População Negra e LGBT

A Coordenação de Saúde da População Negra e a Coordenação de Saúde Integral da População LGBT são frutos de intensa luta dos movimentos sociais para que houvessem órgãos públicos responsáveis pela promoção da saúde destas populações, atendendo suas demandas específicas. Questionamos o Governo acerca do funcionamento dessas coordenações, seus organogramas, planejamentos e sobre os respectivos comitês referentes às duas políticas. Fomos informados pelo Governo sobre a nomeação em fins de março do coordenador de saúde integral da população LGBT e sobre a continuidade da ausência de nomeação do cargo de coordenador(a) de saúde da população negra. Diante destas informações, iremos dialogar com o movimento negro para que incidir conjuntamente na exigência de uma solução para esta situação, assim como fazer diálogos com os movimentos negro e LGBT para incidência conjunta sobre a atuação das duas coordenações.

3. Estoque de insulina glarcina em Pernambuco

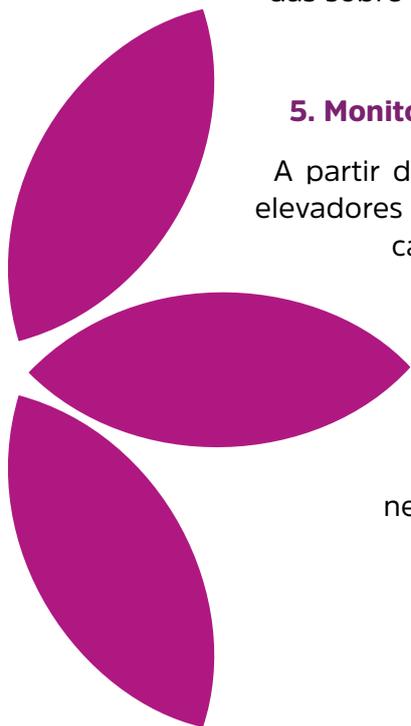
A partir do diálogo com usuários do Sistema Único de Saúde que procuraram a mandata e relataram dificuldades na obtenção deste medicamento na Farmácia do Estado, encaminhamos requerimento de pedido de informações sobre os estoques do remédio, sobre as razões para a falta dos mesmos e a previsão de regularização na sua distribuição. Recebemos como resposta que os estoques e a distribuição estão regularizados atualmente, sendo fornecidos os dados referentes a isso. Tendo em vista a resposta, seguiremos no trabalho de fiscalização constante em relação a distribuição desse e de outros medicamentos pela Farmácia do Estado, além de outros serviços de saúde.

4. Funcionamento da Coordenadoria de Igualdade Racial

Solicitamos informações sobre o funcionamento, atual organograma e plano de trabalho da Coordenadoria de Igualdade Racial do estado. O pedido foi motivado por termos tomado ciência da vacância do cargo de coordenador(a) de igualdade racial. Recebemos como resposta que a nomeação está em andamento, através de seleção, não sendo informada a data em que o processo será finalizado. Diante da resposta, faremos diálogo com o movimento negro para pensar em conjunto novas medidas sobre o tema.

5. Monitoramento da lei que proíbe discriminação em elevadores

A partir de denúncias que recebemos de casos de racismo vivenciados no acesso aos elevadores de prédios do estado, solicitamos informações sobre o monitoramento da aplicação da Lei 17.241/2021, que veda qualquer tipo de discriminação no uso de elevadores e prevê punições. Até o fechamento desta publicação, o pedido ainda não havia sido respondido, mesmo tendo o prazo para resposta já expirado. Recebemos como resposta que não há um procedimento específico para fiscalização desta lei e que as denúncias de seu descumprimento podem ser encaminhadas à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Frente a isso, realizaremos diálogo com o movimento negro para reflexão sobre a necessidade de criação de um mecanismo.



6. Funcionamento do Cinema São Luiz e prazo para finalização da reforma

A partir da publicação da Carta Aberta do cineasta Kleber Mendonça Filho, onde ele faz denúncias a respeito da falta de prazo para o retorno de funcionamento do cinema e de demissões recentes na equipe responsável por esse equipamento público, fizemos pedido de informações sobre o orçamento destinado ao cinema neste ano, a atualização do quadro de funcionários e o andamento da obra da reforma. Foi respondido que há na Fundarpe um projeto de reestruturação do equipamento, aguardando ainda processo licitatório. E que parte dos funcionários terceirizados foi dispensada devido às suas funções inerentes à operação de funcionamento do cinema. Foi ainda informado que não há previsão orçamentária para realização de todos os serviços necessários ao funcionamento pleno do equipamento. Diante das respostas, tomaremos as providências para acompanhamento da licitação já prevista, requerendo sua agilidade, e para que o governo faça a destinação orçamentária necessária para garantir a volta do funcionamento do Cinema São Luiz.

7. Funcionamento do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

O Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas-CETP é um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, com a finalidade de formular e propor diretrizes das ações do governo no que tange à prevenção e enfrentamento ao problema do tráfico de pessoas. Ao tomar ciência do não funcionamento do comitê, através de denúncias de movimentos sociais e defensores de direitos humanos, solicitamos informações sobre a previsão de retorno das atividades do Comitê e o planejamento de atividades do mesmo para o ano de 2023. A partir destas respostas pretendemos incidir para garantir a efetivação da política de prevenção e enfrentamento ao tráfico de pessoas, que atinge em sua maioria, mulheres, crianças e adolescentes. Até o fechamento desta publicação não obtivemos resposta.

8. Funcionamento do Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PEPDDH/PE)

O Programa Estadual de Proteção aos Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos (PEPDDH/PE) atua para garantia da liberdade de expressão e do direito à luta em defesa dos direitos humanos. A partir de denúncias que recebemos de movimentos sociais e de defensores de direitos humanos de que o programa não está operando regularmente, solicitamos informações sobre o seu funcionamento atual, seu organograma e a previsão orçamentária. Com a obtenção destas informações, pretendemos atuar para garantir o restabelecimento pleno do PEPDDH. Até o fechamento desta publicação, não obtivemos resposta.

9. Sobre número de professores e vagas disponíveis na rede estadual de ensino

O último concurso público para o cargo de professor da rede estadual foi homologado desde o dia 12 de dezembro de 2022, entretanto, até o momento, nenhum dos aprovados foi convocado para tomar posse. A partir do diálogo com a comissão de aprovados no concurso, encaminhamos pedido de informações com uma série de questionamentos a respeito do quadro atual de professores e professoras da Secretaria Estadual de Educação e sobre o chamamento dos aprovados. Até o fechamento desta publicação, não obtivemos resposta.



10. Funcionamento do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

O Arquivo Público Estadual tem por missão preservar documentos produzidos pelo Poder Público e outros itens importantes para preservar a história de Pernambuco. Recebemos denúncias sobre problemas no funcionamento do Arquivo, dentre os quais: ausência de nomeação do diretor e insuficiência do corpo técnico responsável pelas atividades. A partir disso, solicitamos informações a esse respeito, para, com base nelas, tomar as medidas de cobrança necessárias junto ao Governo do Estado, para que o arquivo volte a funcionar adequadamente. Até o fechamento desta publicação, não obtivemos resposta.

11. Informações sobre o plano de atendimento educacional específico para as comunidades ciganas

A Resolução número 3 do CNE (Conselho Nacional de Educação), de 16 de maio de 2012, destaca a importância de a população cigana ser contemplada por uma política educacional que leve em consideração suas especificidades. A partir de um diálogo com lideranças de comunidades ciganas do estado, solicitamos informações a respeito da existência e efetiva implementação de um plano de atendimento educacional específico para elas. Até o fechamento desta publicação, não obtivemos resposta.

12. Informação sobre as escolas indígenas

A Constituição e a LDB asseguram às comunidades indígenas o direito à educação diferenciada, específica e bilíngue. A educação escolar indígena deve ser compreendida como um processo de fortalecimento de identidades, culturas e tradições. Nossa mandata, em diálogo com representantes de comunidades indígenas do estado, recebeu denúncias referentes à precarização da estrutura física das escolas indígenas e à falta de recursos orçamentários adequados para o seu funcionamento. A partir disso, encaminhamos pedido de informações sobre a execução desta política, mas até o fechamento desta publicação, não obtivemos resposta.

13. Sobre um Plano de Contingência Estadual para Enfrentamento a Desastres de Origem Natural com Ênfase em Enchentes e Inundações

Em 2022, o estado de Pernambuco - e, em especial, a Região Metropolitana do Recife - foi acometido por fortíssimas chuvas que causaram graves estragos de ordem material e, sobretudo, perdas humanas, considerando que morreram 132 (cento e trinta e duas) pessoas. A gestão estadual se comprometeu em seu plano de governo em "Prevenir a ocorrência de desastres decorrentes das chuvas, alagamentos e movimentações do solo nas cidades, fortalecendo a Defesa Civil, o Controle Urbano e o monitoramento permanente das áreas de risco, bem como realizando intervenções urbanísticas para a proteção permanente de encostas e a recuperação das margens de rios, canais e córrego". Tendo em vista a proximidade novamente do período de chuvas mais intensas e a não divulgação desse Plano, encaminhamos pedido de informações a respeito da sua elaboração e previsão de lançamento, a fim de tomar as providências para que o poder legislativo e a sociedade civil acompanhem e monitorem sua execução, visando colaborar para que não se repita o que ocorreu ano passado. Até o fechamento desta publicação, não obtivemos resposta.



14. Questionamentos sobre o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e sobre o Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura

O Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Pernambuco é um órgão de Estado que tem como função principal o monitoramento dos espaços de privação e restrição de liberdade. Ao Comitê Estadual de Combate à Tortura compete, entre outras tarefas, avaliar, acompanhar e subsidiar a execução do Plano Estadual de Prevenção e Combate à Tortura no Estado de Pernambuco. Recebemos denúncias da descontinuidade do funcionamento de ambos os órgãos e encaminhamos pedido de informações ao governo do estado sobre as razões disso e previsão de solução para o problema. Com base nessas informações, tomaremos outras medidas junto ao governo do estado para que essas atividades sejam retomadas. Até o fechamento desta publicação, não obtivemos resposta.

15. Ocupação dos cargos de função gratificada da Secretaria de Saúde

Publicada no dia 28 de março de 2023, a portaria número 85, da Secretaria de Saúde, promoveu a dispensa de todos os servidores que exerciam funções gratificadas de supervisão e de apoio no órgão. Tendo em vista os graves problemas gerados pela descontinuidade em um serviço essencial como o da Saúde, encaminhamos pedido de informações, questionando o Governo sobre a recomposição do quadro da secretaria. Até o fechamento desta publicação, não obtivemos resposta.

16. Plano de Segurança nas escolas e tecnologia de reconhecimento facial

Após a publicação por parte das Secretarias de Educação e de Defesa Social de Pernambuco do Plano de Segurança nas Escolas, encaminhamos pedido de informações solicitando detalhamento do plano e informações mais precisas acerca da tecnologia de reconhecimento facial anunciada pela Secretária de Educação para ser implementada nas escolas estaduais. O objetivo do pedido é dar transparência a esta medida anunciada pelo Governo do Estado, mas que até o presente momento não teve detalhamento sobre sua implantação. Até o fechamento desta publicação, não obtivemos resposta.

17. Sobre a situação da alimentação nas escolas estaduais

A partir de diálogo com entidades representantes dos estudantes secundaristas, recebemos denúncias de falta de merenda nas escolas e também de baixa qualidade dos alimentos. Solicitamos informações acerca do fornecimento da alimentação escolar, incluindo o programa nutricional da mesma, com o objetivo de construir um posicionamento a respeito dessas denúncias e a partir disso colaborar de forma propositiva para a solução do problema. Até o fechamento desta publicação, não obtivemos resposta.

18. Recebimento de kits escolares para os alunos das escolas estaduais

Também a partir de diálogo com representantes de entidades estudantis, recebemos denúncias de que estudantes das escolas estaduais estavam até o mês de abril sem receber os kits com material escolar e fardamentos. Solicitamos, então, um posicionamento do Governo do Estado a respeito dessa situação. Até o fechamento desta publicação, não obtivemos resposta.



rências de educação dos casos de violência, as medidas tanto do protocolo como outras anunciadas que não constam nele, concentram ações sobretudo na repressão, com pouca ênfase para a prevenção dos casos, além do que determinadas medidas que aumentam a “militarização” das escolas (como detectores de metal e reconhecimento facial) além de serem apontadas por especialistas como ineficientes podem aumentar ainda mais o clima propício que gera esse tipo de ataque. A Nota aponta no sentido contrário, da necessidade de implantar medidas que transformem a escola num espaço cada vez mais acolhedor para toda a comunidade escolar, através de capacitações dos profissionais para implantação dessas medidas, da efetivação nas redes estadual e municipais de Pernambuco da lei que introduz profissionais de psicologia e serviço social nas escolas. Além da capacitação dos servidores das escolas para identificação de fatores individuais e coletivos que levem a formas de violência e a implantação de ações pedagógicas que busquem sua prevenção.

Nota Técnica sobre o PL 556/2023

Elaboramos nota técnica sobre este projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo, com garantia da União, até o valor de R\$ 3.447.662.648,77 (três bilhões, quatrocentos e quarenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta e oito reais e setenta e sete centavos). A nota técnica analisou que o projeto é pouco transparente ao não explicar como se chegou ao valor do empréstimo nem fornecer detalhamentos sobre em quais programas e projetos este valor será investido. A partir do relatório foram elaboradas em conjunto com a bancada de oposição 6 emendas ao PL que buscaram aumentar a transparência do projeto através de um detalhamento maior da utilização dos recursos do empréstimo, garantia da continuidade no serviço público através da inclusão de obras e projetos em andamento para serem priorizados na utilização dos recursos e de garantia do respeito à capacidade fiscal do estado.

OUVIDORIA DAS CHUVAS

Protocolamos 16 (dezesseis) pedidos de informação, via Lei de Acesso à Informação, endereçados aos respectivos municípios do estado de Pernambuco que, no ano passado, durante o período das fortes chuvas, foram as localidades mais prejudicadas. Sendo eles: Barreiros, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Goiana, Jaboatão dos Guararapes, Macaparana, Moreno, Nazaré da Mata, Olinda, Palmares, Paudalho, Paulista, Recife, São José da Coroa Grande, São Vicente Férrer e Timbaúba. O objetivo desses pedidos foi verificar que medidas estão sendo tomadas pelas prefeituras para prevenir as consequências de possíveis chuvas fortes, tendo em vista que já há previsões meteorológicas nesse sentido..

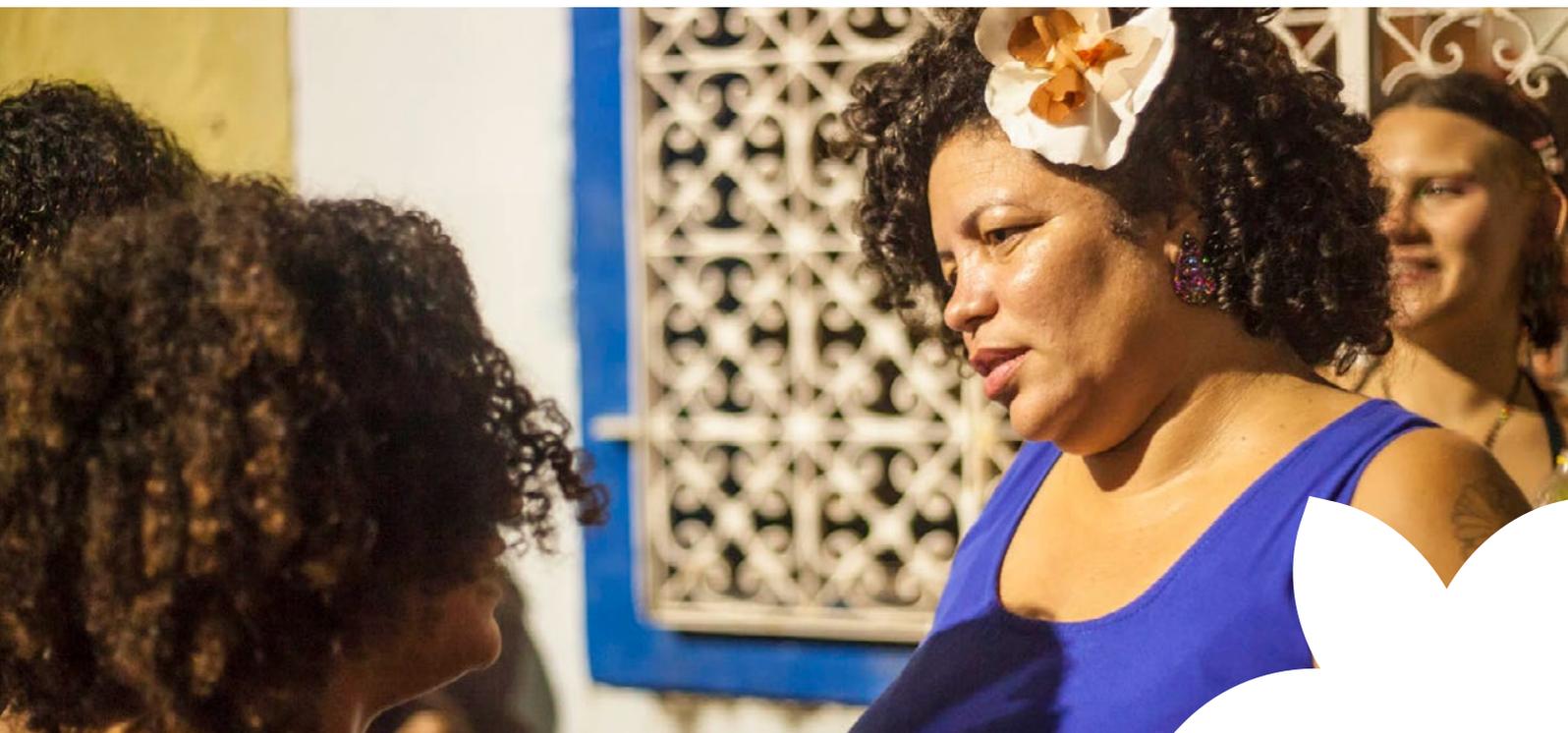
PRONUNCIAMENTOS

Ao longo desses 100 dias, ocupamos a tribuna da Alepe por diversas vezes para fazer pronunciamentos relacionadas a demandas importantes do povo pernambucano, tais como: a ausência de divulgação dos dados sobre feminicídio durante o carnaval, defesa do piso salarial da enfermagem, defesa do Cinema São Luiz, a vacância de profissionais na Secretaria Estadual de Saúde e o balanço dos 100 primeiros dias do Governo Raquel Lyra.



FISCALIZAÇÃO

A partir de denúncias de conselheiros tutelares, realizamos uma visita de fiscalização à 1ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) do Recife, com o objetivo de verificar as condições de atendimento do serviço de escuta especializada para crianças e adolescentes em situação de violência. Na DEAM encontramos os seguintes problemas: não há sala reservada para realização das escutas; não há profissionais capacitados em número suficiente para atender a demanda por escuta especializada e há também uma forte necessidade de formação sobre infância e adolescência para os profissionais que lá atuam. Para além disso, identificamos condições precárias nas instalações do prédio. Frente à essa realidade constatada, a mandata vai buscar os meios cabíveis para demandar providências do Governo do Estado.





ATUAÇÃO LEGISLATIVA



Ao longo desses 100 dias de intensa atuação parlamentar, a mandata Dani Portela se dedicou à escuta, à idealização, ao estudo e à elaboração de um vasto conjunto de Proposições Legislativas diversas, explorando a multiplicidade de possibilidades dos instrumentos legislativos disponíveis no ordenamento jurídico estadual.

Desta forma, a atuação legislativa da mandata se desenvolveu no sentido de privilegiar a luta pela garantia de direitos das populações mais vulneráveis, de maneira assertiva e com enfoque em ações que possam impactar efetiva e positivamente a vida dessas pessoas. Abaixo, apresentamos o conjunto de proposições realizadas no decorrer deste período, a começar pelos projetos de lei.

PROJETOS DE LEI PROTOCOLADOS

Atendendo a demandas da População Negra e Periférica:

PL nº 328/2023 - Institui a reserva de vagas para pessoas negras nos cursos de graduação e pós-graduação nas instituições públicas de ensino superior do Estado de Pernambuco.

PL nº 343/2023 - Institui regras para capacitação de profissionais na campanha permanente de enfrentamento ao racismo nas escolas.

PL nº 387/2023 - Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Observatório de Racismo Religioso e dá outras providências.

PL nº 390/2023 - Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, diretrizes para a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra e Afrodescendente e dá outras providências.

PL nº 401/2023 - Dia Estadual de Memória, Verdade e Justiça para Juventude e Familiares Vítimas de Violência de Estado nas Periferias.

PL nº 407/2023 - Dia Estadual das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé.



PL nº 464/2023 - Institui regras para a realização dos concursos públicos destinados a selecionar candidatos ao ingresso nos cargos e empregos públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco. Proposição originada de projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de criar vagas reservadas para pessoas que se autodeclararem pretas ou pardas.

PL nº 484/2023 - Institui a Política Estadual de Combate ao Racismo Religioso e dá outras providências, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Atendendo a demandas das Mulheres:

PL nº 302/2023 - Inclui novos quesitos nos formulários de saúde para facilitar a identificação da ocorrência de violência obstétrica, e dá outras providências.

Emenda nº 01/2023 - Inclui a categoria de “Racismo Obstétrico” como forma de Violência Obstétrica.

PL nº 383/2023 - Cria o Mês Estadual “Furta-Cor”, dedicado à conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental de pessoas gestantes e puérperas.

PL nº 442/2023 - Propõe o Protocolo “Não é Não” de atendimento à mulher vítima de violência sexual ou assédio em discotecas ou estabelecimentos noturnos, eventos festivos, bares, restaurantes ou qualquer outro estabelecimento de grande circulação de pessoas, no âmbito do Estado de Pernambuco.

PL nº 444/2023 - Dispõe sobre a apresentação de relatório anual sobre vítimas de mortes violentas intencionais e de crimes de estupro e de violência contra a mulher à CCDHPP, ocorridas no âmbito do Estado de Pernambuco.

Demais projetos:

PL nº 402/2023 - Proíbe a utilização de tecnologia de reconhecimento facial automatizado no âmbito dos sistemas de segurança pública do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

PL nº 457/2023 - Propõe a criação do Dia Estadual do Manguebeat.

PL nº 466/2023 - Propõe a criação do Dia Estadual do Sociólogo.

PL nº 545/2023 - Assegura aos professores, funcionários, estudantes e comunidade escolar em geral a livre manifestação de pensamentos...

PL nº 605/2023 - Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir a Semana Estadual Josué de Castro de Combate à Fome.



INDICAÇÕES E REQUERIMENTOS

Dois outros instrumentos extremamente importantes para o exercício da atividade parlamentar são as Indicações e os Requerimentos. As Indicações servem para pressionar órgãos do Poder Público de diferentes instâncias a tomarem providências específicas em relação às demandas trazidas pela população, pelos movimentos sociais, por organizações da sociedade civil, entre outros. Já os requerimentos são uma espécie de proposição mista com um amplo espectro de incidência. Podem ser utilizados tanto para prestar homenagens a grupos ou pessoas de relevante contribuição social, artística, cultural, etc, quanto para incidir taticamente na tramitação de proposições no processo legislativo, tendo aplicações muito diversificadas.

Neste sentido, a mandata Dani Portela focou esforços na produção de indicações e requerimentos feitos de maneira estratégica, de modo a potencializar a reverberação de pautas sociais relevantes, sobretudo pelo conteúdo de suas matérias. Escolhemos cuidadosamente o período das incidências, e utilizamos a tática de protocolar simultaneamente um grande volume de proposições, como recurso para ampliar a pressão sobre a necessidade de resolução dos problemas apresentados e a possibilidade de composição das demandas trazidas.

Destacamos, a seguir, alguns dos principais requerimentos e indicações construídos pela mandata Dani Portela nestes primeiros 100 dias de atuação.

Fiscalização ao Cumprimento da Lei de Acesso à Informação (“Cadê a Transparência, Raquel?”)

Tendo em vista a exoneração em massa promovida pela gestão Raquel Lyra, nossa mandata passou um “pente fino” nos órgãos e instituições do governo, com o fito de apurar o estado do quadro funcional do Executivo. Fizemos uma varredura no sítio eletrônico da Lei de Acesso à Informação e no Portal da Transparência e apuramos que ambos possuíam informações incompletas, desatualizadas e, em alguns casos, não havia quaisquer informações. Apesar do 13^o eixo estratégico¹ do Plano de Governo Lyra-Krause se chamar “Gestão, Transparência e Colaboração”, tais diretrizes foram reiteradamente desrespeitadas.

Pelo menos 36 (trinta e seis) secretarias e órgãos fundamentais estavam desatualizados ou com cargos formalmente declarados como “vagos”, incluindo funções prioritárias e de alto escalão. Diante disso, preparamos um pacote com 21 (vinte e uma) indicações cobrando compromisso com a Transparência à gestão Raquel Lyra, pois esta ilegalidade não pode ser tolerada².

Preenchimento das vagas da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Educação e Esportes

Efetivando nossa atividade fiscalizadora do Poder Executivo, constatamos o esvaziamento de duas pastas fundamentais para a população: a Secretaria de Saúde e a de Educação e Esportes. Ambas estão com os quadros funcionais completamente desfalcados.

Diante desse cenário de defasagem e precariedade, destacamos duas ações realizadas por nossa mandata. A primeira, direcionada à Secretaria de Saúde, cobra o preenchimento urgente dos 678 (seiscentos e setenta e oito) cargos vagos no respectivo órgão³. A segunda, referente à Secretaria de

1 LYRA, Raquel. Plano de Governo Raquel Lyra (2023 - 2026). Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/10/Plano-de-governo-Raquel-Lyra.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023

2 Na tabela em anexo é possível verificar mais detalhes sobre a situação de falta de transparência em relação aos órgãos indicados.

3 Destes, destacamos que 210 (duzentos e dez) posições são direcionadas a médicos, 129 (cento e vinte e nove) a analistas em saúde, 119 (cento e dezenove) a assistentes em saúde, 147 (cento e quarenta e sete) a auxiliares em saúde e 40 (quarenta) a fiscais da vigilância sanitária, conforme tabela disponibilizada com atraso, pelo governo, no sítio eletrônico da Lei de Acesso à Informação.



Educação e Esportes, cobra o preenchimento urgente dos 410 (quatrocentos e dez) cargos vagos das 918 (novecentas e dezoito) funções disponíveis⁴.

Mais do que servir à fiscalização do Executivo, a cobrança exige das mandatárias do governo que atuem no melhor interesse da população pernambucana. Entendemos ser fundamental que o Poder Executivo priorize a gestão da Educação e da Saúde no estado.

Cinema São Luiz⁵

Em 19 de março do corrente ano, a sociedade pernambucana foi convidada à reflexão sobre um dos principais aparelhos culturais do nosso estado, o Cinema São Luiz, pelo celebrado cineasta Kleber Mendonça Filho. Por meio de um documento intitulado “UMA CARTA ABERTA”, o premiado diretor expôs diversos pontos importantes, que vão desde a incerteza sobre a data de reabertura do Cinema às demissões da equipe que, há anos, contribui para reerguer este patrimônio cultural de Pernambuco.

Diante da importância do tema, a mandata Dani Portela protocolou um pacote de indicações contemplando as pertinentes provocações de Kleber Mendonça Filho. Ao todo, foram 8 (oito) proposições, cobrando um posicionamento do Poder Executivo para as questões suscitadas.

Prevenção às Chuvas e Construção de Barragens⁶

No ano de 2010, choveu, em um dia, o que era esperado para três semanas na Mata Sul do estado de Pernambuco. Devido às enchentes, 20 (vinte) pessoas morreram e 82.000 (oitenta e duas mil) foram forçadas a sair de casa. No total, 67 (sessenta e sete) municípios foram afetados, dentre os quais, Palmares foi o que teve mais estragos. À época, o rio Una transbordou e subiu quatro metros em relação ao seu nível normal.

Diante dessa tragédia, os governos estadual e federal decidiram dividir as despesas para construir 5 (cinco) barragens no estado para conter as águas dos rios: Gatos⁷, Serro Azul⁸, Barra de Guabiraba⁹, Panelas II¹⁰ e Igarapeba¹¹. Todas essas construções prometem beneficiar cerca de 200.000 (duzentas mil) pessoas. Ocorre que, dessas, apenas a barragem de Serro Azul, no município de Palmares, foi devidamente concluída.

Neste sentido, nossa mandata protocolou um pacote de indicações cobrando do Executivo que finalize as obras iniciadas há mais de uma década.

Direito à Memória e à Verdade: incidência contra homenagens a indivíduos declarados como violadores de Direitos Humanos pelo relatório final da Comissão da Verdade¹²

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, oficialmente, a ditadura civil-empresarial-militar brasileira foi responsável por centenas de mortos e desaparecidos políticos, entre os anos de 1964 e

4 Importante destacar que tais cargos desocupados representam 44,67% (quarenta e quatro vírgula sessenta e sete por cento) do total das vagas discriminadas na planilha da Secretaria de Educação e Esportes, conforme o sítio eletrônico da Lei de Acesso à Informação. Dentre as funções, incluem-se posições importantes, tais como a de Superintendência de Articulação Municipal, Gestor Administrativo, Gestor Técnico, Chefias de Núcleo, Chefias de Unidade, entre diversas outras.

5 Relação das indicações em anexo.

6 Tabela com planilha de informações sobre o andamento das obras, o volume dos gastos e outras informações em anexo.

7 No município de Lagoa dos Gatos

8 No município de Palmares

9 No município de Guabiraba

10 Associada à Barragem dos Gatos, em Lagoa dos Gatos

11 No município de São Benedito do Sul

12 Lista de escolas contempladas em anexo



1985. Muitas destas pessoas reconhecidamente foram submetidas a sessões de tortura e à prática de diversos crimes, incluindo o estupro¹³. Além da violência estruturante e sistêmica, o regime também institucionalizou a censura, fechou o Congresso, cassou mandatos parlamentares, expulsou professores e professoras de Universidades Públicas, entre outras ações violentas e ilegais.

Diante disto, a mandata Dani Portela pesquisou as escolas estaduais batizadas com os nomes de sujeitos formalmente reconhecidos pelo Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade enquanto violadores de Direitos Humanos. A partir disto, foi protocolado um pacote de Indicações exigindo que o Poder Executivo modifique tais nomenclaturas¹⁴.

(Veja no Anexo I a lista geral detalhada das Indicações feitas nos 100 Dias).

COMISSÕES E FRENTES PARLAMENTARES

Nossa mandata tem buscado incidir amplamente sobre a estrutura legislativa, de modo a amplificar e capilarizar as demandas e as vozes que ecoam por uma sociedade mais justa e igualitária.

Uma das estratégias para alcançar nossos objetivos tem sido integrar e incidir em Comissões Parlamentares Permanentes, Frentes Parlamentares e Comissões Parlamentares Especiais. . As Comissões Permanentes são órgãos vitais para as atividades parlamentares, elas analisam a constitucionalidade e o mérito dos projetos que tramitam na Casa. São organizações estruturantes da Assembléia, posto que é através destas que acontece a tramitação das proposições legislativas - sobretudo dos Projetos de Lei. Além disso, são fundamentais para a convocação de Audiências Públicas, para a escuta da população, a depender de como são conduzidas, e para a produção legislativa. As Frentes são associações entre deputados e deputadas de diferentes partidos, destinadas a promover o debate sobre determinado tema de interesse da sociedade, possuindo caráter provisório. Já as Comissões Especiais, igualmente de caráter provisório, tem como finalidade apreciar matérias relevantes ou de interesse público, relacionadas necessariamente às atribuições da Assembleia Legislativa.

13 TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. Revista Estudos Feministas, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 1001-1022, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026x2015v23n3p1001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/ref/a/fj3JtHZGBYcHgWMPPJZsHvs/?lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2023.

14 A Administração Pública do Estado de Pernambuco está proibida de realizar qualquer tipo de homenagem ou exaltação ao Golpe Militar de 1964 e ao período da ditadura, em decorrência da Lei Estadual nº 16.629, de 20 de setembro de 2019, de autoria das Juntas Codeputadas (PSOL-PE). Do mesmo modo, recomendação do Relatório Final da Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Hélder Câmara orienta o Estado de Pernambuco à alteração de nomes de logradouros, vias de transporte, edifícios e instituições públicas que homenageiam agentes públicos ou particulares que notoriamente tenham tido participação direta com a prática de graves violações de direitos humanos no período ditatorial. O pacote exige adequação às normas e recomendações vigentes.



DANI FAZ PARTE DAS SEGUINTE COMISSÕES E FRENTES:

- Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (Presidenta)
- Comissão dos Direitos da Mulher
- Comissão de Educação e Cultura
- Frente Parlamentar de Prevenção e Acompanhamento dos Efeitos das Chuvas e Enchentes em Pernambuco
- Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Primeira Infância
- Comissão Parlamentar Especial de Combate à Fome
- Comissão Parlamentar Especial em Defesa das Pessoas com Transtornos do Espectro Autista
- Comissão Parlamentar Especial com Finalidade de Ampliar a Defesa dos Profissionais de Enfermagem e Analisar as Dificuldades e Anseio dos Profissionais de Saúde do Estado de Pernambuco.

DADOS SINTETIZADOS

- Número Total de PLs protocolados: 20 (vinte)
- Número Total de Indicações e Requerimentos Legislativos protocolados: 80 (oitenta)
- Número Total de Comissões e Frentes em que incidimos: 23 (vinte e três)





COMUNICAÇÃO E PRESENÇA NA MÍDIA

A comunicação é um direito humano. Entendemos que ele está relacionado à possibilidade de diálogo e participação social, atuando como um instrumento para garantia de outros direitos humanos e para a construção de uma sociedade mais democrática. Para o nosso fazer democrático, temos a comunicação como uma ferramenta importante para a disseminação de informações de qualidade, para a expansão de conteúdos que nem sempre encontram espaços na mídia formal e para o fortalecimento do nosso projeto de sociedade.

A nossa mandata sempre teve como prioridade comunicar para chegar ainda mais próximo das pessoas. As nossas redes sociais alcançam lugares que os nossos pés, nem sempre, conseguem chegar. A nossa voz é amplificada pelas ondas do rádio e TV. Utilizamos esses espaços para ampliar o nosso diálogo com a população, ouvindo as demandas e trazendo-as para o âmbito do legislativo, no intuito de cumprir nossa missão constitucional de legislar e fiscalizar.

DANI NAS REDES SOCIAIS

Hoje nós temos diversos canais de comunicação diretos como o nosso site, além de perfis no Twitter, Facebook, Instagram, YouTube e TikTok. O site www.daniportela.com.br é atualizado diariamente pela equipe de comunicação com todas as nossas ações legislativas (Projetos de Lei, requerimentos, pedidos de informação e indicações ao governo do estado), notícias sobre as nossas atividades, posicionamentos políticos, além do hot site sobre os 100 Dias do Governo Raquel Lyra.

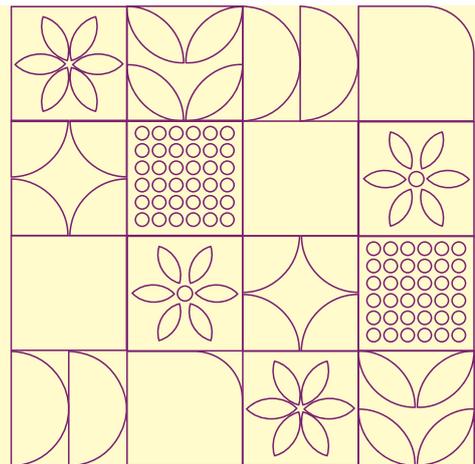
As redes sociais são aliadas importantes na democratização e disseminação dos nossos conteúdos. O nosso perfil no Twitter, serve como o canal mais direto com o público. É lá onde expressamos os nossos posicionamentos de forma imediata, porém prezando pela qualidade e fidedignidade das informações. No nosso canal do Youtube, disponibilizamos os vídeos produzidos pela equipe de comunicação, tendo como princípios norteadores não só a democratização do acesso às informações, como também a acessibilidade comunicacional, com a inclusão das libras, legendas e audiodescrição. No perfil do Instagram, nossa rede social de maior alcance, priorizamos conteúdos que aliem a prestação de serviços, mostrando, por exemplo, dicas importantes sobre o funcionamento de órgãos públicos e com a análise da conjuntura política nacional e estadual. Também é pelo Instagram que temos o nosso maior canal de comunicação direta com o público seguidor, com uma equipe dedicada às respostas das mensagens que chegam diariamente no inbox ou nos comentários das postagens. Os perfis do Facebook e do TikTok servem como reforçadores das nossas mensagens alcançando um público mais diverso e que, não necessariamente, acompanha o cotidiano da nossa ação parlamentar.



Ao longo desses 100 dias, algumas pautas tiveram destaque especial em alcance e engajamento, tais como: a divulgação do nosso projeto de lei que prevê a criação de cotas raciais nos cursos de graduação e pós-graduação nas instituições públicas de ensino superior do Estado, com mais de 43 mil pessoas alcançadas; o anúncio da nossa posição de Liderança da Oposição na Alepe, com cerca de 9.700 pessoas alcançadas; a divulgação do nosso primeiro Projeto de Lei, que visa combater a violência obstétrica nas redes de saúde pública e privada do estado, com cerca de 8.800 pessoas alcançadas. Também denunciemos a situação do Cinema São Luiz, com mais de 21 mil pessoas alcançadas pela publicação em carrossel; denunciemos a situação das escolas, impactadas diretamente pelo decreto que exonerou todos os servidores em cargos de comissão, no segundo dia de governo, com mais de 16 mil pessoas alcançadas.

Perfis das redes sociais¹

- **Instagram** – 39.656 seguidores
- **Facebook** – 9.670 seguidores
- **Twitter** – 5.347 seguidores
- **TikTok** – 579 seguidores
- **Youtube** – 470 inscritos



RELACIONAMENTO COM A MÍDIA

Durante os nossos 100 primeiros dias, privilegiamos a divulgação de nossos posicionamentos políticos, como a declaração de intenções sobre a presidência da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Alepe, poucos dias antes do início formal de nossas atividades. Também demos especial atenção à divulgação das nossas ações de fiscalização, com a cobrança por cumprimento à Lei de Acesso à Informação, a fiscalização das escutas especializadas de crianças em situação de violência, a preparação dos municípios para a chuva e a cobrança pela nomeação dos professores e profissionais de saúde concursados. Buscamos sempre nortear as nossas inserções na mídia de modo responsável e propositivo, mostrando que é possível fazer uma oposição qualificada ao governo estadual.

Números de publicações²

- **Matérias em sites** – 248
- **Matérias em jornais impressos** – 67
- **Entrevistas em Rádio** – 24
- **Entrevistas em TV** – 5



¹ Coleta realizada no dia 24 de abril de 2023.

² Conteúdo compreendido entre os dias 26 de janeiro e 24 de abril de 2023





COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR



Nas últimas legislaturas, a Presidência da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP) foi exercida por parlamentares do campo da esquerda, mais especificamente pelo PSOL, que se debruçou sobre temas importantes relacionados ao seu âmbito de atuação. Entre os temas mais recorrentes, destacamos: o impacto de empreendimentos privados na Região Metropolitana do Recife; o despejo de famílias durante a pandemia de Covid-19; o aumento de denúncias de racismo; as violências policiais; o impacto da pandemia nas populações vulneráveis, entre outros.

É nesta Comissão que são analisadas matérias relativas aos temas de violência, direitos dos cidadãos e cidadãs, da criança, do adolescente e do idoso; discriminações raciais, étnicas, sociais, de identidade de gênero e orientação sexual, entre outras. É também através da CCDHPP que o Legislativo fiscaliza o sistema prisional; o acompanhamento às vítimas de violência e a seus familiares; os direitos do consumidor e do contribuinte; as políticas de segurança pública do Estado; a proteção a testemunhas, assim como analisa sugestões legislativas apresentadas pela sociedade civil.

Dando concretude ao seu compromisso com a população pernambucana e com o intuito de dar continuidade a esse trabalho, a deputada Dani Portela pleiteou a vaga de presidenta da CCDHPP, tendo em vista que a defesa dos Direitos Humanos e da Participação Popular estão entre suas principais bandeiras de luta.



A disputa pela presidência da Comissão relaciona-se com a defesa dessas pautas, tendo em vista que essa instância vem sendo disputada nos últimos anos por grupos conservadores que atuam como perpetuadores do bolsonarismo em nosso Estado, ameaçando direitos de populações mais vulneráveis. Para enfrentar as graves desigualdades que atingem a população negra, a população LGBTQIA+, mulheres, pessoas com deficiência, entre outros segmentos discriminados, entendemos que é fundamental investir no aumento da participação popular e no fortalecimento da política de Direitos Humanos em nosso Estado.

Dani contou com amplo apoio da sociedade civil e dos movimentos sociais, expresso em uma carta assinada por mais de 70 (setenta) movimentos e organizações.

No âmbito interno da Alepe, a CCDHPP possui um papel importante no processo legislativo (elaboração das leis), pois emite pareceres sobre os projetos de lei que são submetidos na casa e que têm impacto direto na vida das pessoas mais vulnerabilizadas do estado.

Nesse período dos 100 primeiros dias, realizamos duas reuniões ordinárias, nas quais foi efetuada a distribuição de mais de 400 (quatrocentos) projetos de lei e já foram discutidos e votados os pareceres de 17 (dezesete) projetos.

É também nas comissões que se aprovam as audiências públicas, instrumento que possibilita um debate mais aprofundado de alguma proposição em tramitação na Casa ou de questões de interesse público. Foram aprovadas até agora duas audiências públicas da Comissão, pleiteadas por movimentos sociais e grupos da sociedade, sendo uma relacionada às obras na comunidade do Frágoso (Olinda) e seu impacto sobre os moradores do território e outra sobre o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Além da atuação legislativa, a presidência da Comissão tem assento no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDH) e organiza a eleição das entidades representativas da sociedade civil para composição do Conselho. Neste momento estamos em fase de estruturação do edital, em conjunto com o Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH), para que a eleição para uma nova composição do CEDH seja realizada em maio deste ano.

Destaca-se ainda na atuação da CCDHPP o recebimento de denúncias sobre atos ou omissões de autoridades ou instituições públicas, sobre as quais atuamos com fiscalização e incidência para a proteção de direitos em situações de violação.





LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO: OPORTUNIDADE PARA PRIORIZAR AS PRIORIDADES

A existência da Oposição é parte dos processos democráticos e “data dos primórdios da organização política da sociedade”¹.

Portanto, a existência, a presença e a atuação da Oposição, incluindo, a oposição parlamentar, é parte qualificante da democracia política, mas não somente. Ela necessita ser compreendida e exercida como um movimento e ação política contrária aos grupos e forças que detém o poder de governar (Chefe do Executivo) e no âmbito dos parlamentos. É importante ter presente que a dimensão política da Oposição não é apartada do projeto de sociedade instalado e da situação socioeconômica da população, notadamente, daquelas pessoas que têm seus direitos historicamente negados, negligenciados e ou violados. O que queremos destacar é que o sentido da Oposição numa democracia é vinculado à afirmação, à defesa e à garantia dos direitos humanos e fundamentais das pessoas. Portanto, é para além da democracia formal (eleições) e da existência e funcionamento dos poderes Executivo e Legislativo (Federal, Estadual, Distrito Federal e Municipal) e Judiciário.

A atuação de Dani na Liderança está ancorada, notadamente, na sua trajetória política junto aos segmentos sociais de mulheres, populações negras, LGBTQIAP+ e a atuação na Câmara Municipal da Cidade do Recife, pautada pela responsabilidade política e social em defesa dos eixos prioritários da Saúde, Educação, Direito à Cidade, Segurança

Pública e Direitos Humanos e Agroecologia.

Dani tem exercido a Liderança da Bancada da Oposição dando prioridade a:

- Ampliação e qualificação da participação popular;
- Fiscalização qualificada e propositiva das políticas públicas e execução orçamentária do Governo do Estado;
- Apresentação de proposições legislativas que priorizam ações que potencializem o enfrentamento das desigualdades de gênero, raça, diversidade sexual, geração, classes sociais e diferenças regionais/territoriais dentro das cidades do Estado de Pernambuco.

¹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 8^o ed. Distrito Federal. Universidade de Brasília. 1995.



A atuação política de Dani Portela na Liderança da Oposição promoverá a interlocução com as Bancadas do Governo e dos Independentes para a priorização de programas, ações, projetos e atividades que tenham no ciclo orçamentário (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA) a viabilidade de garantia dos direitos humanos e fundamentais.

A atuação da Liderança da Oposição não será um ato meramente reativo as ações do Governo do Estado, não sendo pautado tão somente a partir do proposto pela gestão estadual. Será uma combinação de proposição, fiscalização e problematização das prioridades em favor daquelas pessoas que mais necessitam das políticas sociais. Nesta direção, a publicação “Análise dos 100 Dias do Governo Raquel”² é um primeiro exemplo e terá continuidade com novos estudos no quadriênio 2023, 2024, 2025 e 2026, bem como nos pronunciamentos dentro e fora da Alepe. Outro momento relevante da atuação de Dani na Liderança foi a incidência na discussão do PL para empréstimo de 3,4 bilhões, apresentado pela Governadora. A Deputada jogou um importante papel no debate, apresentou emendas em conjunto com outros parlamentares, exigiu transparência da gestão estadual.

² Disponível em: <https://www.daniportela.com.br/wp-content/uploads/2023/04/100-dias-Governo-Raquel-Lyra-web.pdf>. Acesso: 17 Abr. 2023.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos 100 primeiros dias de legislatura da nossa mandata, tivemos bastante trabalho, algumas conquistas e muitos desafios! Estar compondo uma casa legislativa que teve diminuição de quase 50% no número de deputadas com relação à legislatura anterior é uma tarefa difícil, sobretudo neste momento histórico, após 4 anos de um governo federal que deixou como legado o aprofundamento das desigualdades sociais, sobretudo para as mulheres, pessoas negras e periféricas.

O desafio de representar uma parcela tão expressiva e tão vulnerabilizada da nossa sociedade é grande, mas não é maior que a força coletiva que nos deu essa oportunidade. Vale ressaltar que o estado de Pernambuco é o terceiro mais desigual do Brasil, o que requer uma atuação parlamentar forte e propositiva no sentido de resguardar a garantia de direitos e fazer o necessário enfrentamento às desigualdades.

O cenário em que se encontra o Estado também demanda, do Poder Executivo, planejamento, transparência e ações concretas para encarar essas desigualdades, que são, sobretudo, de raça, classe e gênero. Concomitante a essa demanda social, vem a de que cumpramos o papel do Legislativo fazendo uma fiscalização eficiente das políticas implementadas pelo Governo do Estado, que até aqui pouco tem feito em relação ao que foi prometido na campanha e, tampouco em relação às necessidades do povo pernambucano.

Diante desse quadro, Dani se colocou à disposição para liderar uma oposição ao governo de centro direita de Raquel Lyra, que albergou em sua composição setores da extrema direita. Tem se dedicado a esta tarefa com o intuito de construir uma oposição responsável e propositiva, que tenha a capacidade de apontar as urgências dos setores mais vulnerabilizados da nossa sociedade e as incongruências de uma gestão que tem demonstrado até aqui parcimônia frente a essas demandas.

Nesta tarefa, pudemos apontar as consequências dos primeiros atos da gestão Raquel Lyra, como o que ficou conhecido como “exoneraço”, que acarretou em diversos serviços públicos a situação de estarem sem coordenação até os dias de hoje e até mesmo com serviços paralisados.

Além disso, incidimos em pedidos de informação e indicações ao Poder Executivo, com destaque aos relacionados à falta de transparência da gestão, que tem descumprido preceitos legais e éticos da administração pública, no que compete ao acesso à informação.

Destacamos esses e outros vários pontos problemáticos dos primeiros 100 dias desta gestão em um material intitulado Análise dos 100 Dias do Governo Raquel Lyra, disponível em nosso site. Fruto de

um profundo trabalho de pesquisa e fiscalização, esse balanço lançou luz sobre diversos temas importantes para o Estado, que ao contrário do que foi prometido na campanha, estão sendo tratados sem nenhuma prioridade.

No sentido de garantir a participação popular, afim de promover o exercício de uma democracia plena, estamos integrando algumas frentes e comissões parlamentares estratégicas. Com isto, nossa presidência à frente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular tem sido fundamental, construindo uma comissão proativa, com capacidade de oportunizar espaços de escuta e promotora dos direitos humanos.

É nessa Comissão que analisamos matérias relevantes apresentadas na casa, que impactam de alguma forma na vida das pessoas, no sentido de garantia dos direitos humanos, desde a questão da acessibilidade para pessoas com deficiência, casos de violência, direitos das crianças, adolescentes e idosos e até o acesso à água potável por parte da população. Direitos humanos é um tema muito caro para nossa atuação parlamentar, e cabe ressaltar que a conquista da presidência desta comissão tão importante se deu também pela força dos movimentos sociais.

Durante esses primeiros meses fiscalizamos e buscamos dados sobre diversos serviços e programas públicos do Estado, como a distribuição de medicamentos pela Farmácia do Estado, o funcionamento de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, o funcionamento de Coordenadorias de Igualdade Racial, a manutenção e o funcionamento de equipamentos culturais como o Cinema São Luiz, dentre outros temas de extrema importância. Estamos acompanhando o funcionamento do Mecanismo Estadual de Combate à Tortura, a situação da violência nas escolas e o recebimento de kits escolares e fornecimento de merendas para os estudantes da rede estadual.



ANEXO

Pacote de Indicações Lei de Acesso à Informação - “Cadê a Transparência, Raquel?”

ÓRGÃO	SITUAÇÃO	NÚMERO DA INDICAÇÃO
Agência de Tecnologia (ATI)	11 de 20 cargos de diretoria e coordenação permaneciam sem especificação. Última tabela indicando comissionados de 2022	536/2023
Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)	11 de 13 cargos de Diretoria e Coordenação estão declarados como “VAGOS” (apenas Diretor Presidente e Diretoria de Licenciamento Ambiental estavam formalmente declarados como ocupados). Tabela de comissionados desatualizada, de 2022	535/2023
Assessoria Especial da Governadora	Dados desatualizados com informações da gestão anterior	521/2023
Gabinete da Governadora	Dados desatualizados com informações da gestão anterior	520/2023
Secretaria de Administração	Dados desatualizados dos principais gestores até março. O quadro de comissionados seguia desatualizado	534/2023
Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca	Constavam apenas os dados do Secretário, e a última atualização era de 17 de maio de 2021. O quadro de comissionados seguia desatualizado.	529/2023
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Constavam apenas os dados do Secretário	530/2023

Secretaria da Mulher	Constavam apenas os dados da Secretária. O quadro de comissionados seguia desatualizado	537/2023
Secretaria de Comunicação	Constavam apenas os dados do Secretário. O quadro de comissionados seguia desatualizado	531/2023
Secretaria de Saúde	Dados dos cargos comissionados e pessoas em função de gratificação desatualizados	525/2023
Secretaria de Ciência, Tecnologia, e Inovação	Constavam apenas os dados do Secretário. O quadro de comissionados seguia desatualizado e com informações contraditórias e inconsistentes	533/2023
Secretaria da Fazenda	Dados desatualizados, constando as informações desde 2021 no sítio eletrônico da LAI e desde 2022 no sítio eletrônico da SEFAZ	526/2023
Secretaria de Cultura	Constavam apenas os dados do Secretário. O quadro de comissionados seguia desatualizado	532/2023
Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade e Fernando de Noronha	Constavam apenas os dados da Secretária. O quadro de comissionados seguia desatualizado	528/2023
Secretaria de Recursos Hídricos e Saneamento	Nenhuma menção desta Secretaria no sítio eletrônico da LAI	556/2023
Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção às Drogas	Nenhuma menção desta Secretaria no sítio eletrônico da LAI. A menção existia apenas ao nome antigo ("Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude"). Nesta aba, dos 27 cargos de diretoria 21 estavam declarados como "Cargo Vago", inclusive o de Secretário/a Executivo/a. Não havia tabela de comissionados atualizada, sendo a última de 2022	564/2023
Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura	Não havia nenhuma informação pois não havia menção ao novo órgão no sítio eletrônico da LAI. Ainda constava como se fosse "Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos" (nome antigo)	527/2023 e 575/2023
Secretaria de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo	Não havia nenhuma informação pois não havia menção ao novo órgão no sítio eletrônico da LAI	523/2023



Secretaria de Planejamento e Gestão e Desenvolvimento Regional	Constava apenas o nome do secretário. Os demais dados eram de 2022 (gestão anterior)	524/2023
Vice-Governadoria	Completamente desatualizado, com dados de 2022 (gestão anterior)	522/2023

Pacote de Indicações sobre o Cinema São Luiz

- Razões técnicas para o desligamento de trabalhadores e trabalhadoras do São Luiz face à alegada necessidade de nova licitação, conforme “justifica” a Nota Oficial “Manutenção do Cinema São Luiz” divulgada pela Secretaria de Cultura (Secult);
- Previsão de data de reabertura do Cinema São Luiz;
- Quais os planos da atual gestão para a comemoração dos 70 (setenta) anos do Cinema São Luiz;
- Quais os planos da atual gestão para a manutenção e ampliação dos festivais e eventos sediados no cinema São Luiz;
- A previsão de conclusão do projeto e do lançamento do edital de nova licitação para a reforma do Cinema São Luiz;
- Razões técnicas para a realização de nova licitação na reforma do Cinema São Luiz, e não da destinação de crédito suplementar ou extraordinário em relação à licitação já em andamento;
- Divulgação de informações a respeito do andamento da obra de revitalização do Cinema São Luiz já inicializada desde julho de 2022, tais como as etapas concluídas e as etapas que eventualmente restam para a conclusão da obra;
- Garantia da participação popular e realização de diálogos com produtores, produtoras, cineastas, realizadoras e realizadores do audiovisual e do cinema pernambucano, no intuito de escutar e acolher as demandas do setor a respeito do Cinema São Luiz.



Pacote de Indicações de Prevenção às Chuvas e Retomada da Construção das Barragens

BARRAGEM	MUNICÍPIO	VALOR GASTO ATÉ O MOMENTO (R\$)	STATUS DA OBRA	APELO
Gatos	Lagoa dos Gatos	14.825.526,39	Vigência do último contrato expirou em outubro de 2020	Que seja conferida agilidade ao processo de análise das propostas do novo processo licitatório para conclusão das obras
Igarapeba	São Benedito do Sul	64.661.050,34	O Portal da Transparência do Estado de Pernambuco não prevê nenhum valor de orçamento atualizado na subação "A163- Construção da Barragem de Igarapeba" para o exercício de 2023	Que sejam retomadas as obras da barragem com máxima urgência
Guabiraba	Cupira	46.626.283,28	O processo de contratação da empresa para conclusão da barragem foi reiniciado em maio de 2022 mas, até agora, as obras continuam inconclusas	Que sejam retomadas as obras da barragem com máxima urgência

Conjunto de Indicações sobre Homenagens a Violadores de Direitos Humanos em Escolas Estaduais

- Abreu e Lima: Escola Marechal Costa e Silva;
- Chã de Alegria: Escola de Referência em Ensino Médio Presidente Costa e Silva;
- Moreilândia: Escola de Referência em Ensino Médio Presidente Médici;
- Paulista: Escola Presidente Castelo Branco;
- Recife (bairro de Tejipló): Escola de Referência em Ensino Médio Presidente Humberto Castelo Branco;
- Recife (bairro da Mustardinha): Escola Presidente Arthur da Costa e Silva, localizada no bairro da Mustardinha.





Dani
Portela

DEPUTADA
ESTADUAL





Dani
Portela

DEPUTADA
ESTADUAL



R. da União, 397, Sala 108,
Boa Vista, Recife - PE,
CEP 50050-010

 (81) 9.8243.2642

     [daniportelapsol](#)

 [daniportela.com.br](#)